



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
34ª CÂMARA - SEÇÃO DE DIREITO PRIVADO

Apelação - Nº 0002993-74.2009.8.26.0204

VOTO Nº 21899

Registro: 2015.0000163848

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos do Apelação nº 0002993-74.2009.8.26.0204, da Comarca de General Salgado, em que são apelantes/apelados ANGELO JOSÉ GONÇALVES (JUSTIÇA GRATUITA), ANDRE LUIZ GONÇALVES (JUSTIÇA GRATUITA), ANDERSON PAULO GONÇALVES (JUSTIÇA GRATUITA) e JUCIMARA MANOEL (JUSTIÇA GRATUITA), são apelados/apelantes DESTILARIA GENERALCO S/A e MAPFRE VERA CRUZ SEGURADORA S/A.

ACORDAM, em 34ª Câmara de Direito Privado do Tribunal de Justiça de São Paulo, proferir a seguinte decisão: "Negaram provimento aos recursos da rá e da seguradora e deram provimento parcial aos recursos dos autores. V.U.", de conformidade com o voto do Relator, que integra este acórdão.

O julgamento teve a participação dos Exmo. Desembargadores GOMES VARJÃO (Presidente) e SOARES LEVADA.

São Paulo, 16 de março de 2015.

Cristina Zucchi
RELATORA
Assinatura Eletrônica



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
34ª CÂMARA - SEÇÃO DE DIREITO PRIVADO

Apelação - Nº 0002993-74.2009.8.26.0204

VOTO Nº 21899

Apelantes/Apelados: ANGELO JOSÉ GONÇALVES E OUTROS; JUCIMARA MANOEL; DESTILARIA GENERALCO S/A; MAPFRE VERA CRUZ SEGURADORA S/A

Comarca: General Salgado – V. Única (Proc. nº 204.01.2009.002993-0).

EMENTA:

RESPONSABILIDADE CIVIL. ACIDENTE DE TRÂNSITO. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO JULGADA PARCIALMENTE PROCEDENTE. CULPA DO PREPOSTO DA RÉ, PELO ACIDENTE QUE VITIMOU O PAI E COMPANHEIRO DOS AUTORES, DEVIDAMENTE COMPROVADA PELO CONJUNTO PROBATÓRIO. DANOS MORAIS CONFIGURADOS (IN RE IPSA). MAJORAÇÃO DO VALOR DA INDENIZAÇÃO, COM ADEQUAÇÃO DA CONTAGEM DA CORREÇÃO MONETÁRIA AOS TERMOS DA SÚMULA 362 DO E. STJ. ARBITRAMENTO QUE LEVA EM CONTA AS CONDIÇÕES DAS PARTES, ALÉM DE ATENDER À DUPLA FINALIDADE DE PUNIÇÃO PELA CONDUTA CULPOSA E DE DESESTÍMULO À PRÁTICA DOS MESMOS ATOS. CONDENAÇÃO DA RÉ NO PAGAMENTO DO VALOR INTEGRAL DO AUTOMÓVEL DO FALECIDO, ANTE A PERDA TOTAL, DESCONTADO O MONTANTE RECEBIDO PELA VENDA A TERCEIRO. PENSÃO MENSAL À COMPANHEIRA DO FALECIDO, NO EQUIVALENTE A 2/3 DO RENDIMENTO COMPROVADO DO FALECIDO, ATÉ A IDADE EM QUE COMPLETARIA 70 ANOS, RESSALTANDO-SE HAVER POSSIBILIDADE DE CUMULAÇÃO ENTRE O BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO (PENSÃO POR MORTE) E A PENSÃO DECORRENTE DE ATO ILÍCITO. SENTENÇA REFORMADA EM PARTE.

Recursos de apelação da ré e da seguradora improvidos e parcialmente providos os recursos dos autores.

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
34ª CÂMARA - SEÇÃO DE DIREITO PRIVADO

Apelação - Nº 0002993-74.2009.8.26.0204

VOTO Nº 21899

Trata-se de apelações (dos autores às fls. 262/268, sem preparo em razão da justiça gratuita – fls. 42; da ré às fls. 271/274, com preparo às fls. 275; da seguradora às fls. 277/284, com preparo às fls. 285; da autora às fls. 334/343, sem preparo em razão da justiça gratuita – fls. 52 do apenso), interpostas contra a r. sentença de fls. 252/256 (da lavra do MM. Juiz Reinaldo Moura de Souza), cujo relatório se adota, que julgou parcialmente procedente em ação de indenização, fundada em acidente de trânsito, condenando a ré no pagamento da quantia de R\$ 1.919,50, referente aos danos materiais (danos parciais no veículo da vítima), e no valor de R\$ 100.000,00, a título de danos morais, corrigidos pela tabela do TJSP desde a época do acidente, acrescidos de juros de mora de 1% ao mês, a partir da sentença. Na lide secundária, condenou a seguradora a pagar à denunciante o valor da condenação até o limite da apólice.

Alegam os autores-apelantes (filhos da vítima falecida), em síntese, que acidente que vitimou o genitor ocorreu por culpa exclusiva do preposto da ré, que o valor da indenização pelos danos morais deve ser majorado para o equivalente a 200 salários mínimos a cada um dos filhos, que restou comprovado que o veículo da vítima teve perda total, tendo sido levado ao ferro velho, e que os honorários advocatícios devem ser fixados em 20% sobre o valor da condenação. Requerem a reforma da r. sentença.

Alega a ré-apelante, em síntese, que seu preposto fez o contorno do trevo com as cautelas devidas e, quando estava por terminar a travessia, foi abalroado pelo veículo da vítima, o qual trafegava em excesso de velocidade, devendo ser reconhecida a culpa concorrente, e que não há culpa do patrão no caso concreto. Quanto aos danos morais, indica que os autores não dependiam do falecido pai, não havendo que se falar em condenação a tal título. Requer a reforma da r. sentença.

Alega a seguradora-apelante, em síntese, ausência do dever de



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
34ª CÂMARA - SEÇÃO DE DIREITO PRIVADO

Apelação - Nº 0002993-74.2009.8.26.0204

VOTO Nº 21899

indenizar, pois a vítima conduzia seu veículo com excesso de passageiros, o que o impediu de frear o veículo pelo peso excessivo. Aduz que não foram comprovados os alegados danos morais, que a condenação se deu por suposições e que, se mantida a condenação, que seja diminuída a quantia fixada. Requer a reforma da r. sentença.

Alega a autora-apelante (companheira da vítima, conforme autos em apenso), em síntese, que a r. sentença não se manifestou quanto ao pedido de lucros cessantes, que faz jus ao recebimento da indenização, posto que era totalmente dependente do falecido, que se comprovou que o *de cujus* recebia a quantia mensal de R\$ 1.367,00 e que deve ser considerada a expectativa de vida até os 72 anos. Insurge-se contra o valor da condenação em R\$ 100.000,00 a título de danos morais, devendo ser majorado para o equivalente a 200 salários mínimos. Requer a reforma da r. sentença.

Os recursos são tempestivos (fls. 260, 262, 271 e 277, bem como fls. 351) e foram recebidos no duplo efeito (fls. 286 e 351).

Contrarrazões às fls. 288/301, 318/321, 353/356 e 358/365.

É o relatório.

Registre-se, inicialmente, que a r. sentença julgou conjuntamente as ações de indenização promovidas pelos filhos da vítima e pela sua companheira (autos em apenso), uma vez reconhecida a conexão (fls. 231).

Analisa-se, primeiro e conjuntamente, os recursos da ré e da seguradora litisdenunciada, os quais não comportam provimento.

Restou patente nos autos a culpa exclusiva do preposto da ré



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
34ª CÂMARA - SEÇÃO DE DIREITO PRIVADO

Apelação - Nº 0002993-74.2009.8.26.0204

VOTO Nº 21899

Destilaria Generalco S/A pelo acidente, comprovando-se que o condutor do ônibus da empresa-ré efetuou manobra em rotatória, sem respeitar a placa “pare” existente no local.

As testemunhas da ré (fls. 223 e 224) não presenciaram o acidente, prevalecendo, portanto, a conclusão do Instituto de Criminalística de Araçatuba no sentido de que (fls. 32) “-o condutor do ônibus não atentou para a placa PARE voltada para si, para o fluxo de veículos e adentrar na rodovia, interceptando a trajetória do automóvel que ali trafegava.”.

Assim, no que tange à culpa de seu preposto, competia à ré comprovar o contrário, nos termos do art. 333, II, CPC.

Com relação ao suposto excesso de passageiros no automóvel da vítima, nada há nos autos que indique ter contribuído para o acidente. A afirmação de que havia excesso de peso e que isso dificultou a frenagem do veículo, constitui-se de mera ilação, nada havendo nos autos que sustente tal alegação.

Desarrazoada a alegação de excesso de velocidade, posto que a prova técnica foi categórica ao concluir que (fls. 32) “O cálculo de velocidade baseado nos sinais de frenagem do automóvel ... apresentou um resultado de 52,42 KM/h, ou 14,56 m/s, e que corresponde à velocidade mínima da qual esse veículo foi desacelerado.”.

Desse modo, não há como se aventar a possibilidade de culpa concorrente.

Destarte, como bem fundamentado na r. sentença, o conjunto probatório comprova que o preposto da ré foi verdadeiramente o causador do acidente que vitimou o pai e companheiro dos autores.

Em sendo assim, não prospera a alegação de que a culpa deva recair somente sobre o seu preposto uma vez que, nos termos do art. 932, III, do Código

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
34ª CÂMARA - SEÇÃO DE DIREITO PRIVADO

Apelação - Nº 0002993-74.2009.8.26.0204

VOTO Nº 21899

Civil, o empregador é responsável pela reparação civil por atos de seus empregados, no exercício do trabalho que lhes competir ou em razão dele.

No caso concreto, irrelevante para configuração dos danos morais a relação de dependência dos filhos em relação ao falecido pai, já que não há como se discutir, nem dimensionar, a dor pela perda de um ente querido. Ademais, estamos a tratar de um acidente que ceifou de forma trágica a vida do pai e companheiro dos autores e, nesses casos, o dano que decorre só do fato da coisa (*in re ipsa*), não havendo que se falar em comprovação dos danos morais.

Mostra-se desarrazoada a pretensão de diminuição do valor da condenação por danos morais, mostrando-se até módica a quantia arbitrada, corresponde a pouco mais de 183 salários mínimos à época da prolação da r. sentença.

Analisa-se, conjuntamente, os recursos dos autores, os quais comportam parcial provimento.

Com relação aos danos materiais relativamente ao automóvel da vítima, respeitado o convencimento do ilustre Juiz *a quo*, verifica-se pelas fotografias de fls. 35/36 (que fizeram parte do laudo do Instituto de Criminalística) que não havia qualquer possibilidade de recuperação do veículo, posto que sua frente ficou totalmente danificada, bem como ficou parcialmente retorcido. O laudo do Instituto de Criminalística indicou às fls. 30 que as avarias foram de grande monta.

Assim sendo, pelas máximas da experiência, verifica-se que não havia a menor possibilidade de conserto do veículo, sendo forçoso concluir pela sua perda total.

Desse modo, a ré deverá ser condenada a indenizar os autores pelo valor integral do veículo, no montante de R\$ 3.839,00 (valor da tabela FIPE – fls.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
34ª CÂMARA - SEÇÃO DE DIREITO PRIVADO

Apelação - Nº 0002993-74.2009.8.26.0204

VOTO Nº 21899

40), descontando-se o montante de R\$ 700,00, recebido pela Sra. Jucimara Manoel pela venda a terceiro (fls. 48/49 do apenso), documentos que cuja idoneidade não foi especificamente impugnada. Sobre o saldo serão aplicados juros e correção, tal como indicado na r. sentença.

Com relação aos danos morais, assiste parcial razão aos apelantes, posto ser notório que a perda de um pai e chefe de família causa imenso dano psíquico e que nenhum valor suplantará toda a dor sofrida pelos familiares. A morte trágica de um ente querido reflete no íntimo daqueles que ficam, onde a ausência se transforma em dor pungente, que não cicatriza facilmente, servindo a condenação por danos morais somente como forma de atenuar essa dor.

Levando-se em conta as condições das partes envolvidas e principalmente a clara imprudência do preposto da ré, que colocou em risco a vida de outras pessoas que se encontravam no mesmo veículo da vítima, condeno a ré apelado no pagamento da indenização por danos morais no valor de R\$ 54.500,00 (cinquenta e quatro mil e quinhentos reais) a cada um dos autores (filhos e companheira), o equivalente a 100 salários mínimos (para cada um) à época da prolação da r. sentença, perfazendo um total de R\$ 218.000,00, correspondente a 400 salários mínimos.

Para tal condenação levou-se em consideração as condições econômicas e pessoais das partes, bem como o fato de que a indenização por danos morais deve atender à dupla finalidade de punição pela conduta culposa e de desestímulo à prática dos mesmos atos. Como cediço, não se pode olvidar do caráter pedagógico das condenações por danos morais, na medida em que, com a condenação, também se pretende evitar que situações semelhantes tornem a ocorrer, indicando que a ré deve se valer dos cuidados necessários, especialmente no que se refere a um melhor preparo de seus funcionários, a fim de que o foro íntimo de outrem também não seja ofendido.

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
34ª CÂMARA - SEÇÃO DE DIREITO PRIVADO

Apelação - Nº 0002993-74.2009.8.26.0204

VOTO Nº 21899

Com a majoração da condenação por danos morais, forçoso fazer-se um destaque acerca da data de incidência da correção monetária, em observância ao disposto na súmula nº 362 do E. STJ, segundo a qual “*A correção monetária do valor da indenização do dano moral incide desde a data do arbitramento*”. Assim, o valor da condenação por danos morais deverá ser corrigido pela tabela do TJSP a partir da data da prolação da sentença. Já com relação aos juros legais de mora, deve ser mantida a aplicação imposta pela r. sentença.

Analisa-se, exclusivamente o recurso da autora Jucimara Manoel, no que tange aos alegados lucros cessantes.

Nos termos da inicial, dos autos em apenso, verifica-se de a Sra. Jucimara Manoel, na qualidade de companheira do falecido, requereu fosse a ré condenada no pagamento de indenização pelas quantias relativas ao valor que o *de cujus* recebia à época do falecimento. Apesar de denominar lucros cessantes, a pretensão é claramente de deferimento de pensão mensal, o que se depreende tanto dos autos em apenso, quanto das razões recursais, questão que deixou de ser abordada pela r. sentença.

A qualidade de companheira, além de não ter sido infirmada, restou comprovada pelos documentos de fls. 16 e 25 dos autos em apenso e a prova dos rendimentos mensais de R\$ 1.367,00 encontra-se nos “recibos de pagamento de salário” de fls. 50.

Conforme reiterada jurisprudência, as vítimas de lesões com sequelas permanentes têm direito à pensão vitalícia, não se aplicando o limite de idade para a pensão já que a incapacidade impediria a vítima de conseguir trabalho para um sustento condigno, o mesmo não ocorre, pacificamente, em caso de vítima fatal, com relação aos dependentes economicamente do falecido.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
34ª CÂMARA - SEÇÃO DE DIREITO PRIVADO

Apelação - Nº 0002993-74.2009.8.26.0204

VOTO Nº 21899

Como a pensão objetiva a sobrevivência de quem dependia economicamente do falecido, e isso não restou contrariado nos autos, evidencia-se o dever de a ré indenizar a companheira da vítima. Nos termos do art. 948, II, do Código Civil na fixação da prestação de alimentos deve-se levar “*em conta a duração provável da vida da vítima*”. A jurisprudência, à falta de qualquer excepcionalidade comprovada nos autos, tem estimado a idade 65 anos como limite para o pensionamento. Nesse sentido, precedentes desta E. 34ª Câmara e do C. Superior Tribunal de Justiça.

“Acidente de trânsito. Reparação de danos. Culpa concorrente. Indenização devida até a data em que a vítima completaria 65 anos de idade. Posicionamento do E. STJ. Recurso do réu Gustavo não conhecido, não provido o recurso da ré Fernanda e provido parcialmente o recurso de apelação da autora.”¹

“5. Escorreita a fixação, pelo Tribunal de origem, da indenização desde a data em que a vítima iria completar 14 anos, à razão de 2/3 do salário mínimo, até a data em que completaria 25 anos de idade e a partir daí, à base de 1/3 do salário mínimo, até a data em que a vítima completaria 65 anos de idade. Precedentes desta Corte.

6. Agravo Regimental de LITUCERA LIMPEZA E ENGENHARIA LTDA desprovido.”²

Assim sendo, fixa-se a pensão mensal devida à autora Jucimara Manoel, em 2/3 do salário que recebia o falecido à data do acidente (ou seja, 2/3 sobre R\$ 1.367,00), considerando-se que 1/3 restante se destinava aos seus gastos pessoais, até a idade em que a vítima completaria 70 anos, idade admitida pela jurisprudência e em conformidade com a atual expectativa média de vida, mais a parcela no mesmo percentual relativa ao 13º salário, pois este integra a pensão

¹ Apelação 0013516-05.2007.8.26.0047 – TJSP 34ª Câm. Dir. Privado – Rel. Desª Rosa Maria de Andrade Nery – j. em 09/06/2014.

² AgRg no AREsp 139.280/TO, Rel. Min. Napoleão Nunes Maia Filho, Primeira Turma, j. em 03/04/2014, DJe 22/04/2014.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
34ª CÂMARA - SEÇÃO DE DIREITO PRIVADO

Apelação - Nº 0002993-74.2009.8.26.0204

VOTO Nº 21899

mensal para todos os fins legais, devida desde a data do acidente, sem o direito de acrescer já que os demais autores não demonstraram qualquer dependência econômica em relação ao pai falecido.

O valor será corrigido em conformidade com o reajuste da categoria profissional (o falecido exercia a função de operador de máquinas – fls. 19 e 23), contando-se juros legais de mora a partir do evento danoso, nos termos da súmula 54 do E. STJ.

Registre-se que o fato de a autora estar recebendo pensão por morte do falecido companheiro (conforme documentos do INSS de fls. 25/26) em nada altera a questão. O C. Superior Tribunal de Justiça tem decidido pela possibilidade de cumulação entre o benefício previdenciário e a pensão decorrente de ato ilícito.

“3 - A jurisprudência desta Corte é pacífica no sentido de que "o benefício previdenciário é diverso e independente da indenização por danos materiais ou morais, porquanto, ambos têm origens distintas. Este, pelo direito comum; aquele, assegurado pela Previdência. A indenização por ato ilícito é autônoma em relação a qualquer benefício previdenciário que a vítima receba" (AgRg no AgRg no REsp 1.292.983/AL, Rel. Min. HUMBERTO MARTINS, DJe de 7.3.2012).”³

“3. A jurisprudência desta Corte é disposta no sentido de que o benefício previdenciário é diverso e independente da indenização por danos materiais ou morais, porquanto, ambos têm origens distintas. Este, pelo direito comum; aquele, assegurado pela Previdência; A indenização por ato ilícito é autônoma em relação a qualquer benefício previdenciário que a vítima receba. Precedentes: REsp 823.137/MG, Relator Ministro Castro Filho, Terceira Turma, DJ 30.06.2006; REsp 750.667/RJ, Relator Ministro Fernando Gonçalves; Quarta Turma, DJ 30.10.2005; REsp 575.839/ES, Relator Ministro Aldir Passarinho Junior, Quarta Turma, DJ 14.3.2005; REsp 133.527/RJ, Relator Ministro Barros Monteiro, Quarta Turma, DJ 24.2.2003; REsp 922.951/RS, Rel. Ministro Luiz Fux,

³ REsp 776.338/SC, Rel. Min. Raul Araújo, Quarta Turma, j. em 06/05/2014, DJe 06/06/2014.

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
34ª CÂMARA - SEÇÃO DE DIREITO PRIVADO

Apelação - Nº 0002993-74.2009.8.26.0204

VOTO Nº 21899

primeira Turma, DJe 10.2.2010.”⁴.

A condenação no pagamento de honorários advocatícios no percentual de 10% sobre o valor da condenação, nos termos do art. 20, § 3º, do CPC, mostra-se correta. Tal arbitramento remunera condignamente o trabalho realizado, atendidos o grau de zelo do profissional, o lugar da prestação do serviço, a natureza e a importância da causa, além do trabalho e tempo exigidos para a execução. A fixação mostra-se adequada e compatível com o trabalho desenvolvido, bem como condizente com as circunstâncias do caso concreto.

Registre-se que a verba honorária incidirá sobre o valor do débito, incluindo-se as parcelas vencidas a título de pensão mensal, não se cogitando de inclusão de doze parcelas vincendas por estar superada tal orientação jurisprudencial. Nesse sentido:

“Ação indenizatória por danos materiais e moral fundada em acidente de trânsito ocorrido em rodovia. Morte do filho da autora em razão de colisão com um cavalo que se encontrava sobre o leito carroçável da pista. Deveres de manutenção, conservação e fiscalização da via pela concessionária, na qualidade de prestadora do serviço. Observância do art. 37, §6º da CF/88 e artigos 6º, 14 e 22 do CDC. Danos e nexo causal demonstrado. Responsabilidade objetiva da administradora da rodovia configurada, sem demonstração de culpa exclusiva da vítima, caso fortuito, ou força maior. Pensão mensal fixada em valor ponderado e até a data em que a vítima completaria seus 65 anos. Dano moral configurado na hipótese. Indenização fixada em valor moderado e suficiente para atender a sua dupla finalidade punitiva e compensatória. Os honorários advocatícios incidem sobre as verbas vencidas a título de pensão por morte, sem incluir mais um ano de prestações vincendas. Apelo da ré improvido. Recurso da autora parcialmente provido.”⁵

⁴ AgRg no AgRg no REsp 1292983/AL, Rel. Min. Humberto Martins, Segunda Turma, j. em 01/03/2012, DJe 07/03/2012.

⁵ Apelação 0005039-97.2006.8.26.0347 – TJSP 34ª Câm. Dir. Privado – Rel. Des Soares Levada – j. em 02/12/2013



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
34ª CÂMARA - SEÇÃO DE DIREITO PRIVADO

Apelação - Nº 0002993-74.2009.8.26.0204

VOTO Nº 21899

Ante o exposto, pelo meu voto, nego provimento aos recursos da ré e da seguradora e dou parcial provimento aos recursos dos autores, nos termos do acórdão.

CRISTINA ZUCCHI
Relatora